

259

PROJETO DE LEI Nº 254.1

DE 31 DE OUTUBRO DE 2008

Fixa a remuneração mensal do Prefeito Vice-Prefeito e vencimentos dos Secretários Municipais e dá outras Providências correlatas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SITIO DO QUINTO, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, no termos da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município e da Lei Complementar 101/2000, faz saber que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam fixados os subsídios do Prefeito, Vice- Prefeito e vencimentos dos Secretários da Prefeitura Municipal de Sítio do Quinto – Estado da Bahia, para o quadriênio de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012, respectivamente, em até os valores abaixo relacionados:

- I – Prefeito Municipal, R\$10.000,00(dez mil reais);
- II – Vice- Prefeito, R\$5.000,00(cinco mil reais);
- III – Secretários, R\$2.500,00(dois mil e quinhentos reais);

Art.2º - esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Sítio do Quinto – Estado da Bahia; Em 31 de Outubro de 2008.

Laudigelson José dos Santos
LAUDIGELSON JOSÉ DOS SANTOS
Vice-Presidente da Câmara

★ → 1ª discussão → 03.11.2008 = apresentado.
★ → 2ª " : 17.11.2008
→ 07.12.2008
Este projeto de lei, foi suspenso pela Presidência da Mesa, por ser a mesma, anti-constitucional e ir de encontro a Lei Orgânica - Art. 65 - deste mun-
- eipio.

- 04 -

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI SUBSÍDIOS DOS AGENTES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÍTIO DO QUINTO

Da fundamentação:

Subsídio

Segundo prescreve o art. 39, § 4º, da Constituição Federal, “é a remuneração mensal fixada para cada agente político, em parcela única”, **não se admitindo** outros acréscimos ou parcelas de qualquer natureza, como verba de representação, gratificação, adicional, abono, prêmio, ou outra espécie remuneratória.

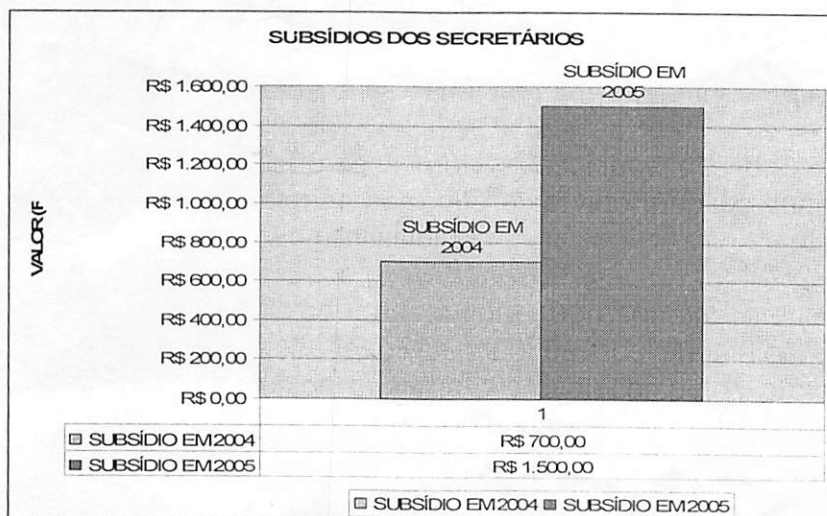
Os subsídios dos Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e Secretários Municipais serão, obrigatoriamente, fixados em valores absolutos, por Lei de iniciativa da Câmara Municipal, em cada Legislatura para vigor na subsequente, devendo-se observar o quanto contido na Instrução TCM nº 01/04.

Justificativa:

Vive-se hoje mais do que nunca, um imenso processo de instabilidade econômica em decorrência as altas taxas de juros decorrentes da inflação proporcionadas pela crise financeira que atinge diretamente a sociedade.

Desta forma, percebe-se a real necessidade dos entes federativos em proporcionar condições dignas para que o servidor público venha a exercer suas atividades com motivação profissional.

NESTE SENTIDO, como legislador desta corte, apresento o referido projeto de lei com o intuito de fixar os respectivos valores dos subsídios dos agentes políticos do nosso município, os quais irão prevalecer pelos próximos quatro anos, uma vez que a última fixação dos subsídios fixado por essa casa legislativa aos agentes políticos (secretários municipais) ocorreu em 2004, alterando o valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) para R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), aumento de 114% (cento e quatorze por cento).



Na oportunidade, apresento também a evolução do salário mínimo do país, desde 2004 até a data atual (2008), bem como o já aprovado por lei para o ano de 2009, para que possamos fazer uma melhor reflexão.

01/05/04	Lei nº 10.888, de 24.06.2004	R\$ 260,00
01/05/05	Lei nº 11.164, de 18.08.2005	R\$ 300,00
01/04/2006	Lei nº 11.321, de 07.07.2006	R\$ 350,00
01/04/2007	Lei nº 11.498, de 28.06.2007	R\$ 380,00
01/03/2008	Medida Provisória nº 421/2008, de 29.02.2008	R\$ 415,00
01/02/2009	Em pauta no congresso	R\$ 460,00

Diante do exposto, percebe-se uma grande evolução compreendida no período de 2004 a 2009 com o percentual em média de 80% do salário mínimo do país, e 114% dos subsídios dos secretários municipais de 2004 para a gestão 2005 – 2008.

Levando-se em consideração os dados aqui apresentados, constata-se que os subsídios que por lei deverá ser fixado nesta gestão para prevalecer na subsequente, não está fora da realidade econômica do nosso município, o qual apresenta em seu orçamento respaldo para os valores apresentados neste projeto de lei, não proporcionando uma grande defasagem e perda da remuneração dos agentes públicos.

Cordialmente;

Laudigelson José dos Santos
LAUDIGELSON JOSÉ DOS SANTOS
Vereador

★ ⇒ apresentado em : 03.11.2008.
★ ⇒ 1ª discussão : 17.11.2008.
★ ⇒ 2ª " : 07.12.2008.

- 06 -